

A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul

Brazilian military vision of the Chaco War: projection geopolitics and international rivalry in South America

*Helder Gordim da Silveira**

RESUMO

Examina-se a forma como o meio militar brasileiro avaliou a Guerra do Chaco (1932-1935), entre o Paraguai e a Bolívia, a partir de relatórios e análises oficiais acerca da situação-limite culminante do conflito. Busca-se propor que essa visão é informada pelas doutrinas de caráter geopolítico que se consolidaram no país ao longo dos anos 1920, encontrando contribuição decisiva na obra de Mario Travassos, no princípio da década seguinte. A rivalidade tradicional com a Argentina em torno da supremacia estratégica na América do Sul foi assim atualizada na visão militar brasileira da Guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Chaco; Geopolítica; Pensamento Militar; Brasil; Argentina.

ABSTRACT

It examines how the military Brazilian evaluated the Chaco War (1932-1935) between Paraguay and Bolivia, from official reports and analysis on the state limit peak of the conflict. Goal is to propose that this view is informed by the character of geopolitical doctrines that have been consolidated in the country throughout the 1920s, finding definite contribution to the work of Mario Travassos, at the beginning of the next decade. The traditional rivalry with Argentina over the strategic supremacy in South America was updated so the Brazilian military view of War.

KEYWORDS: Chaco War; Geopolitics; Military Thought; Brazil; Argentina.

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla em que se buscou examinar as formas pelas quais os serviços diplomáticos do Brasil e da Argentina intervieram na questão do Chaco Boreal, envolvendo o Paraguai e a Bolívia nos anos 1930. Procurou-se ali perceber de que modo o pensamento geopolítico do contexto, associado aos interesses mais imediatos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, informaram os rumos da ingerência de ambos os países no processo de busca pela paz no transcurso da guerra (1932-35) e na construção de um arranjo internacional mais duradouro para a região, durante a Conferência de Buenos Aires (1935-39).

Nessa perspectiva, assumia decisiva relevância o posicionamento dos meios militares de ambos os países quanto ao conflito e no que toca à definição

* Doutor em História e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) / Brasil.

dos interesses nacionais a ele associados, a médio e longo prazos. Dar-se-á, assim, destaque ao modo como circulou nas esferas militares brasileiras uma interpretação sobre a Guerra, situando-a no contexto sul-americano e indicando suas repercussões imediatas e potenciais sobre a segurança e a projeção dos interesses do país neste cenário, de modo a revelar certos padrões de percepção acerca da inserção internacional brasileira, em boa medida informados por noções do pensamento geopolítico.

Importa notar que fuge deste objetivo estrito de análise, foco do presente artigo, travar um diálogo de maior fôlego com a relativamente extensa bibliografia atualmente disponível acerca do impacto da Guerra do Chaco nas formas de organização e percepção institucional das Forças Armadas sul-americanas, parte da qual aponta, de fato, para conclusões, se não opostas, certamente diversas daquelas aqui apresentadas.

A Guerra e suas repercussões internacionais

O Chaco Boreal é uma das regiões do grande território do Chaco com, aproximadamente, 170.000 Km², limitado a leste pelo rio Paraguai, a oeste pelo Pilcomayo e, ao norte, pelas encostas da serra de Santa Cruz, no centro da América do Sul. Esta região foi disputada, desde a segunda metade do século XIX, pelo Paraguai e pela Bolívia, que chegarão à Guerra, em 1932-35. O confronto entre os dois países mediterrânicos do subcontinente, marcados por tragédias militares anteriores, na Guerra do Pacífico e na Guerra da Tríplice Aliança, alcançou gastos da ordem de 350 milhões de dólares, em um contexto de depressão internacional, custando a vida de mais de 90.000 bolivianos e paraguaios (CHIAVENATO, 1979; GUERRERO, 1934; GUGGIARI, 1983). Constituiu-se, por outro lado, em um inusitado laboratório para o emprego em campo de alguns dos mais avançados equipamentos bélicos disponíveis na Europa e na América, alguns dos quais seriam usados em larga escala na Segunda Guerra (ZOOK, 1962).

A Guerra do Chaco, além de constituir uma realização trágica dos nacionalismos de elite do Paraguai e da Bolívia, manchados de derrotas militares e diplomáticas desde o século XIX, sofreu ingerências externas decisivas, por dentro e por fora dos mecanismos regulatórios internacionais

então existentes (COELLO, 1982; SALUM-FLECHA, 1938; ELIO, 1988). Direta ou indiretamente, a guerra tocava interesses dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Liga das Nações, do Sistema Interamericano em construção, de grandes trustes petrolíferos, como a *Standart Oil* e dos dois vizinhos poderosos e rivais, cujas projeções estratégicas nos anos 1930 conferiam excepcional relevância ao conflito: o Brasil e a Argentina (SCENNA, 1976; ROUT, 1970; MORENO, 1934; LAMAS, s/d; BARROS, 1938; HILTON, 1983; TULCHIN, 1983; ETCHEPAREBORDA, 1982)

A primeira disputa diplomática relevante em torno do território do Chaco data de 1853. O tratado de fronteira, assinado neste ano entre a Argentina e o Paraguai, reconhecia como pertencente ao território deste país o rio de mesmo nome, de margem a margem, abaixo de sua confluência com o rio Paraná. A Bolívia protestou, como terceiro interessado, contra os termos do tratado, alegando direitos à área ao longo do rio Paraguai, entre os paralelos 20, 21 e 22.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina declara a intenção de retomar a região do Chaco, que havia reconhecido como pertencente ao território paraguaio. O Brasil, cujas tropas ocupavam o Paraguai vencido, protestou contra essa intenção da aliada circunstancial do Prata (SCENNA, 1976; BANDEIRA, 1995). Sob pressão diplomática do Império, em 1878, Argentina e Paraguai acordam levar a questão à arbitragem do presidente norte-americano Rutherford Hayes. A arbitragem de Washington decide a favor do Paraguai, obrigando a Argentina a retirar-se da região do Chaco Boreal, a qual já ocupava militarmente. A Bolívia novamente protesta contra o resultado da arbitragem como terceiro interessado, reiterando a Washington suas pretensões no Chaco. Pragmaticamente, o presidente Hayes declara haver arbitrado exclusivamente a questão entre o Paraguai e a Argentina. Os alegados direitos de La Paz deveriam ser discutidos com Assunción, em demanda diversa.

A partir de então, segue-se a intensa e muitas vezes passional controvérsia diplomática boliviano-paraguaia, com a assinatura de inúmeros acordos e protocolos, sistematicamente rejeitados ou não ratificados pelos poderes legislativos de um ou de outro dos contendores, até 1927, quando a questão escaparia definitivamente para a esfera militar (ROUT, 1970). O Paraguai, ao longo do período, trata de consolidar a posse da chamada *Zona Hayes* no Chaco, sobretudo por meio de concessões a empresas e a particulares

estrangeiros, destacando-se capitais argentinos e ingleses, para a extração do tanino e a criação de gado nas planícies da região, sempre sob o protesto boliviano (CHIAVENATO, 1979).

A questão do Chaco Boreal torna-se assim um ponto-chave de definição do interesse nacional para as elites da Bolívia e do Paraguai, com decisiva influência na política bipartidária doméstica. Os acordos em torno do território, firmados pelo partido eventualmente no poder, são sistematicamente atacados como antipatrióticos pela fração da oligarquia na oposição.

Desse modo, a intangibilidade do litoral no rio Paraguai e a posse da dita *Zona Hayes* tornam-se ícones do pensamento nacionalista paraguaio na primeira metade do século XX. Por seu turno, o nacionalismo boliviano, na chamada doutrina *reivindicacionista*, que se afirma ao longo dos anos 1920, com a fundação dos primeiros *fortines* no território do Chaco Boreal em oposição ao *pragmatismo* (GAMUCIO, 1996), passa a considerar um porto no rio Paraguai, que proveria ao país uma saída para o Atlântico, vital para os interesses da Bolívia, considerando a perda de todo o litoral do Pacífico para o Chile, em 1883.

Na década de 1920, um novo ingrediente viria a acender o estopim do conflito. Em 1921, a poderosa *Standard Oil*, truste petrolífero estadunidense, confirma a presença de petróleo na região oriental da Bolívia, passando a explorá-lo como concessionária. O escoamento do produto, pelo Prata ao Atlântico, porém, tornou-se problemático. O caminho lógico economicamente seria pela província argentina de Salta. A Argentina, entretanto, com a ascensão política do nacionalismo da *Unión Cívica Radical* (UCR), criara em 1922 a estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), entrando em conflito com os interesses da *Standard* no país (SCENNA, 1970). Além disso, a projeção estratégica argentina planificara o controle da condução do petróleo do oriente boliviano como parte da articulação econômica mais ampla do norte argentino com aquela região, para onde corriam os trilhos de um articulado sistema ferroviário. Essa projeção argentina, concebida pelo menos desde o princípio do século, era acompanhada com grande preocupação no Brasil desde o período de Rio Branco à frente da chancelaria (FROTA, 1991; BUENO e CERVO, 1992).

Em 1925, a *Standard Oil* busca a concessão, por parte do governo argentino, para a construção de um oleoduto até o rio Paraná. Dois anos após, a

Argentina recusa a concessão e eleva a taxa de exportação para o petróleo boliviano, tornando-a proibitiva pelo território do país. A saída pelo rio Paraguai, no controvertido Chaco Boreal, tornava-se a alternativa viável para a *Standard Oil*, na coincidência que se revelaria trágica, com o pensamento nacionalista boliviano. Denunciar e impedir a concretização desse intento era questão igualmente vital para a Argentina e para o Paraguai.

Exatamente a partir de 1927, a Bolívia passaria a obter vultosos empréstimos internacionais para a compra dos mais modernos materiais bélicos disponíveis. No Senado estadunidense, os democratas denunciavam a participação da *Standard* na obtenção dos empréstimos. O Paraguai, por seu turno, contaria com o apoio permanente da Argentina, sobretudo após 1930, com o golpe que coloca os militares no centro da arena política, por meio de empréstimos e fornecimento secreto de material bélico, na sombra da declaração formal de neutralidade de Buenos Aires. Completava-se o cenário para o mais grave confronto militar sul-americano no século XX.

No Brasil, que igualmente declara-se neutro, constitui-se uma decidida posição anti-argentina e, portanto, pró-boliviana, na questão do Chaco. A política externa da República, consolidada no período Rio Branco e, em grande medida, herdada, não obstante com redefinições importantes, pelo pós-30, via a rival platina como a principal competidora do país no estabelecimento de uma supremacia política e militar na América do Sul (MOURA, 1980a; BANDEIRA, 1993). Os Estados Unidos seriam aliados relativos nessa projeção hegemônica, em vista das resistências que sofreriam no mundo hispânico para a efetivação de um sistema interamericano sob sua liderança (MOURA, 1980b). A Argentina, de fato, destacava-se nessa franca oposição desde o princípio do século, fortemente articulada ao sistema de poder britânico, competindo com os Estados Unidos no mercado internacional de carnes e cereais (SCENNA, 1970), em contraste com o Brasil que tinha no mercado do norte a principal esfera de consumo de sua produção primária tropical.

Essa consolidação do pensamento geopolítico, sobretudo nos meios militares brasileiros e argentinos, notadamente a partir dos anos 1920, atualizou e reforçou esse eixo de rivalidade, conferindo grande relevância para o conflito do Chaco, como foco atual desse eixo (CHILD, 1978; MIYAMOTO, 1981; TOSTA, 1960).

A obra do capitão brasileiro Mário Travassos (1938), *Projeção Continental do Brasil*, publicada primeiramente em 1931, como *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, e acatada quase imediatamente nos meios militares brasileiros e argentinos (SCENNA, 1976, BARROS, 1938), é um excelente indício dessa atualização. Transpondo para o cenário sul-americano a célebre teoria do *heartland* mundial, a porção da Europa central cujo domínio decidiria a corrida hegemônica global (MAGNOLI, 1986), Travassos propõe que o *coração* sul-americano encontrava-se no território boliviano: o triângulo econômico Cochabamba – Santa Cruz de la Sierra – Sucre. Ali, Brasil e Argentina decidiriam a disputa pela supremacia no subcontinente, dividido pelos sistemas amazônico e platino como eixos de articulação com o Atlântico. O autor sintetiza a preocupação brasileira ao demonstrar a dianteira da Argentina na corrida, através da projeção ferroviária que atraía para o Prata a economia do *heartland* sul-americano. Caberia ao Brasil neutralizar tal projeção, criando meios de atração da economia boliviana. O objetivo imediato seria a construção de uma estrada de ferro ligando Santa Cruz a Corumbá, que seria a base de articulação da economia boliviana ao eixo portuário Santos – Rio Grande. Refere nesse sentido o autor:

(...) a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas(...). Trabalhada pelas bacias amazônica e platina oscila, instável, entre a Argentina e o Brasil. Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacífico e ante a indiferença brasileira, teve de sujeitar-se, sem direito de escolha, à influência argentina. (TRAVASSOS, 1938: 82-83)

Desse modo, Brasil e Argentina travariam, ao longo da Guerra do Chaco, uma intensa disputa pela preponderância político-diplomática na obtenção da paz, utilizando o processo de negociação para obter possíveis vantagens em acordos de projeção ferroviária e de comércio com os contendores. A Argentina, mesmo com a desvantagem de apoiar quase abertamente o Paraguai, equilibrava-se de forma notável na neutralidade para obter uma posição favorável de negociação e pressão sobre La Paz, chegando mesmo a incentivar o separatismo histórico do Departamento de Santa Cruz, no oriente boliviano. O Brasil, mais diretamente associado à posição boliviana, igualmente lutaria para não anular suas possibilidades de ganho junto a Assunción. Nesse processo, acionam suas respectivas articulações com Washington e Londres nos foros internacionais de negociação que se constituem sucessivamente, no Comitê de Neutros, na capital estadunidense, na Liga das Nações e, finalmente, no grupo

ABCP, formado por ambos os países, o Chile e o Peru (ROUT, 1970).

Mapa do Chaco



Referência:

Disponível em <<http://mappery.com/maps/Wartime-map-ofChaco.thumb.jpg>>, acessado em 05/10/2009.

A disputa seguiria na longa Conferência de Paz (1935-1939), em Buenos Aires, durante a qual negociam-se e barganham-se tratados com dois países esgotados em uma guerra praticamente sem vencedor.

Os militares, a Guerra e as projeções brasileiras no Subcontinente

O princípio do ano de 1935 mostra-se excepcionalmente propício para um exame da visão que apresentava a inteligência militar acerca do interesse brasileiro na questão do Chaco. A vitória do Paraguai parecia consolidada, com as tropas deste país ocupando praticamente todo o território em litígio, o que representava concretamente um avanço militar potencial argentino junto à Bolívia e à fronteira brasileira. No campo político-diplomático, o poderoso chanceler Carlos Saavedra Lamas, futuro ganhador do prêmio Nobel da Paz, lograra transferir a sede das negociações para Buenos Aires, após mais um fracasso da Liga das Nações (ROUT, 1970). A situação mostrava-se então extremamente grave para o Brasil, o que a torna favorável para a análise dos conceitos geopolítico-estratégicos pelos quais os meios militares a interpretam.

A 26 de janeiro de 1935, a inspetoria militar da fronteira Madeira-Guaporé, por intermédio do capitão inspetor Aluizio Pinheiro Ferreira, presta informações ao comando da 8ª Região militar sobre a situação do conflito no Chaco.¹

O avanço territorial paraguaio por praticamente todo o território em disputa colocava, para os interesses brasileiros, um perigo imediato: a possibilidade do avanço das tropas do comandante paraguaio Jose Felix Estigarribia até o coração continental, no território boliviano. Esta é, de fato, a primeira preocupação revelada pelo capitão-inspetor:

(...) as tropas paraguaias em operação no Chaco, já atingiram a linha Murillo-Caragua e Vanguardia – Salinas São José (...). É evidente que o avanço paraguayo visa Santa Cruz, com o objetivo de cortar as ligações entre o Altiplano e o Oriente, (...) deixando o chamado Oriente boliviano, totalmente desvinculado dos centros populosos e econômicos do ocidente.²

O objetivo estritamente tático deste provável movimento das tropas paraguaias (que, de fato, não chegou a ser empreendido), seria, como observou

¹ Cf. Arquivo Góes Monteiro. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro Cx. 51(7) Pac. 1

² Ibidem.

o capitão-inspetor, bloquear o fluxo básico das tropas bolivianas do Altiplano até o Oriente. Do ponto de vista geopolítico-estratégico, porém, a realização deste objetivo traria conseqüências bem mais graves para a posição brasileira no subcontinente.

Viu-se nesse sentido a enorme preocupação de Mário Travassos com a projeção ferroviária argentina em direção ao Oriente boliviano. A articulação econômica do norte argentino com esta região, advertia o então capitão do exército brasileiro, poderia representar o controle do coração continental pelo Estado platino, deslocando-o em definitivo da órbita brasileiro-amazônica.

É evidente, pois, que o controle militar –e, possivelmente, jurídico- do Paraguai sobre a região petrolífera oriental aceleraria de forma vertiginosa o processo relativamente lento de influência econômica, presente na planificação estratégica argentina. O capitão Aluizio Ferreira, com claro domínio das questões geopolíticas em jogo, coloca para seu comando a questão efetivamente central para o interesse brasileiro no conflito:

Como o Brasil, olhará o problema político, de futuro, isto é a infiltração paraguaya, na bacia amazônica, e através dessa infiltração, a influência argentina, mal disfarçada na Guerra do Chaco?³

A possibilidade do controle praticamente direto da Argentina sobre o oriente boliviano –e, portanto, sobre o coração continental– era agravada ainda pelo tradicional separatismo do Departamento de Santa Cruz em relação ao Altiplano.

De fato, o separatismo cruzenho era tradicionalmente sustentado desde Buenos Aires, sob argumentos de natureza cultural, geográfica e histórico-jurídica, que buscavam demonstrar a vinculação do departamento territorial boliviano com o antigo Vice-Reinado do Prata e, portanto, à órbita de influência argentina (GANDIA, 1935). O próprio chanceler Saavedra Lamas trabalha com estes argumentos na sustentação do projeto geopolítico argentino na região (LAMAS, s/d).

A questão não passa despercebida à observação militar brasileira da 8ª região:

(...) a própria população de Santa Cruz não se mostra nada alarmada com as possibilidades do avanço paraguayo até alli, mesmo porque, é facto, secularmente observado, a desvinculação moral entre os

³ Ibidem.

cruzenhos (...) com os chamados collas, ou bolivianos do ocidente.⁴

Adverte, portanto, o observador militar brasileiro, novamente apresentando exata compreensão geopolítica dos fatos que relata, de que, para o Brasil, era necessário considerar como agravantes do perigo argentino “os múltiplos laços históricos que prendem o Departamento de Santa Cruz (...) às Repúblicas enquadradas na bacia Prata-Paraguay”.⁵

Parece claro, assim, que a interpretação militar do interesse nacional brasileiro no conflito do Chaco, oriunda da circunscrição mais diretamente em contato com as atividades bélicas, é configurada segundo os fundamentos ideológicos de disputa com a Argentina pelo domínio na América do Sul, dentro dos quais os conceitos geopolíticos formalizados por Travassos ocupam papel central. Não é outro o sentido do desejo expressado pela inspetoria do capitão Pinheiro Ferreira:

(...) oxalá que, do final dessa luta, não surjam outros maiores embaraços à projeção intercontinental de nossa pátria, através do território da Bolívia, segundo a letra e o espírito dos Tratados vigentes, firmados pelo nosso e pelo governo dessa vizinha República.⁶

Vista dessa forma a observação militar mais direta do conflito no Chaco, passemos a considerar a ressonância dos conceitos e conclusões ali verificadas nas esferas militares mais próximas das instâncias de decisão do Estado, nesse mesmo contexto.

Ao iniciar o ano de 1935, achava-se instalado, nos termos constitucionais, o Conselho Superior de Guerra, órgão auxiliar do Governo para assuntos referentes à preparação das operações de guerra, aparelhamento do Exército e organização da defesa nacional, cujos estudos e solicitações deveriam ser diretamente analisados pelo Conselho de Segurança Nacional.

Na ocasião, o General de Divisão Waldomiro Castilho de Lima, inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares e membro do Conselho, apresenta, aos demais componentes deste, extenso relatório, em caráter reservado, no qual procura atualizar as condições militares do país na América do Sul e comentar de forma destacada o conflito do Chaco em sua relação com o interesse nacional

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

brasileiro.⁷

O relatório de 1935, por sua extensão, profundidade, atualidade em relação ao contexto a que se refere, indiscutível autoridade do autor e rigorosa significação político-institucional da instância à qual se destina, parece constituir-se em uma representação, largamente confiável da visão global que apresenta a inteligência militar brasileira nos círculos mais próximos das instâncias de decisão do Estado acerca dos interesses do país no conflito chaquenho e, de forma geral, sobre a posição geopolítico-estratégica deste no subcontinente.

Referente a esta posição, a esfera militar de decisão no Brasil, a princípios de 1935, sustenta a tradicional preocupação quanto à questão da supremacia militar na América do Sul.

No plano doutrinário, Mário Travassos apresentava como inquietação básica a perda da posição de supremacia neste setor, que o Brasil mantivera ao longo do período imperial para a Argentina, durante a primeira metade do século XX. Não é outro o motivo de temor que o meio militar concretamente expressa, em meados da terceira década do século. “O Brasil perdeu a supremacia militar sul-americana que possuía até a época da Guerra do Paraguai” (p. 1), é a convicção expressa por Castilho de Lima aos demais membros do Conselho Superior de Guerra.

A posição central da Argentina nas projeções estratégicas brasileiras, atualizada, para a década de 1930 por Mário Travassos, encontra, concretamente, notável instrumentalização no meio militar.

É, com efeito, significativo o número, a atualização e a qualidade dos dados, de natureza econômica e militar, que parece dispor sobre o país vizinho o Estado Maior do Exército brasileiro, a revelar claramente a permanência do foco de atenção da inteligência militar do país.

A análise de alguns destes dados que realiza o Inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares junto ao Conselho Superior de Guerra não é animadora. Castilho de Lima salienta a superioridade argentina em praticamente todos os setores de importância estratégica e militar. Qualificando o rival do Prata como “potência de primeira grandeza no nosso continente” (p. 1), o general afirma:

⁷ Cf. Arquivo Góes Monteiro. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro Cx 51(5) doc. 1. Todas as citações que seguem referem-se a este documento de 1935.

(...) seus quadros militares profissionais são competentes, seu material de guerra é copioso e moderno, seu serviço de recrutamento é aperfeiçoado, baseado num sistema de alistamento modelar; suas vias de comunicação, além de numerosas, cortam o país em todos os sentidos e sua rede ferroviária pode realizar correntes de transportes militares aptos a atender as concentrações rápidas nas suas principais zonas fronteiriças; sua indústria (...) já se salientou brilhantemente, pois possuem uma fábrica de aviões, a única existente na América do Sul. (p. 1)

Assim, no interior da esfera militar de decisão, em 1935, discute-se sobre dados que parecem apontar inequivocamente para uma posição de superioridade argentina no subcontinente. Esta superioridade, verificam os membros do Conselho Superior de Guerra, verifica-se na estrutura econômica e de transportes, na aviação, na artilharia de campanha, na infantaria e na marinha. A modernização do material bélico por encomendas à Europa, “segundo se pode saber” (p. 3), na expressão de Castilho de Lima, era de vulto significativo.

A hipótese de confronto militar, envolvendo o Brasil na América do Sul parecia, naquele ano, ser trabalhada nos termos da tradição militar brasileira, isto é, considerava-se praticamente inevitável a união dos estados hispano-plateos contra o Brasil. O Estado-líder de tal união anti-brasileira era, evidentemente, a Argentina. Essa, aliás, fora a maneira pela qual Travassos atualizara essa antiga tese por meio de argumentos geopolíticos que apontavam para a gravitação natural dos países platinos em torno de Buenos Aires.

De fato, a inteligência militar brasileira julga praticamente inevitável a união Argentina-Paraguai-Uruguai em caso de confronto armado. É precisamente a hipótese veiculada no seio do Conselho Superior de Guerra, a qual parece muito clara em relação à Argentina e ao que se julga um “ressentimento histórico” desta em relação ao desmembramento do antigo Vice-Reinado do Prata, “obra da diplomacia e do poder militar do império do Brasil.” (p. 5) Diz a respeito Castilho de Lima:

(...) é a Argentina que nunca pode se conformar com essa perda de grandeza territorial e política, que, pelo seu progresso, organização, população, território e ressentimentos da política e de seu povo, constitui o nosso maior inimigo provável. (p. 6)

Não escapam à inteligência militar brasileira os vínculos especiais de subordinação do Paraguai à Argentina, a que tivemos ocasião de aludir. O relatório apresentado ao Conselho Superior de Guerra adverte de que a Argentina parecia considerar o Paraguai “um de seus distritos de mobilização e

um prolongamento territorial”. Tal convicção, é evidente, marcará a interpretação do interesse brasileiro no conflito paraguaio-boliviano no Chaco Boreal.

Embora predomine, na referida interpretação, a análise de questões ligadas ao confronto das estratégias geopolíticas de projeção continental de ambos os países, a hipótese de confronto militar direto, acima detalhada, não era absolutamente remota, nem em relação à situação geral de disputa pelo domínio do subcontinente, nem no que se refere ao conflito do Chaco, especificamente, de lugar central, aliás, no quadro conjuntural daquela disputa.

De fato, o confronto militar parece ser considerado como possibilidade bastante concreta nos meios militares de decisão, “especialmente com a Argentina que pretende a completa supremacia e domínio político-econômico na Sul-América”, conforme adverte enfaticamente o membro do Conselho Superior de Guerra.

Especificamente quanto à questão do Chaco, é da mesma forma considerado provável que esta venha a “envolver o nosso país numa guerra com os beligerantes ou contra outros, especialmente a Argentina, cuja neutralidade poderá ser quebrada subitamente por manobras secretas da política internacional as quais não se poderá facilmente prever.”

Assim, parecia bastante presente a hipótese de que o confronto boliviano-paraguaio conduzisse Brasil e Argentina à guerra, em que pese os sempre renovados protestos oficiais de amizade e cooperação econômica, incluindo troca de visitas oficiais dos presidentes Justo e Vargas, o que, para o meio militar, não disfarçava a “apreensão geral de um possível conflito”.

No caso de que tal conflito se efetivasse, os militares brasileiros pareciam contar com a formação do bloco Chile-Bolívia-Peru em conjugação com o Brasil. Tal perspectiva era claramente baseada em conceitos estratégicos de fundo geopolítico que tendiam a apontar os interesses de tais Estados em contraposição aos do “bloco platino”, liderado pela Argentina.

Em que pese à visível gravidade com que era encarada, no contexto de 1935, a possibilidade de que a Guerra do Chaco conduzisse ao confronto armado imediato com a Argentina, eram, na verdade, as questões político-estratégicas de longo prazo, envolvendo o domínio no subcontinente que já se encontravam concretamente postas em evidência pelo confronto boliviano-

paraguaio.

Nesse sentido, parece haver indicação de descontentamento na área militar no que se refere à participação político-diplomática do Brasil na questão.

Refere o relatório ao Conselho Superior de Guerra:

(...) é notável o alijamento que o Brasil vem sofrendo na solução desse conflito sul americano. Nunca a sua mediação pacífica foi bem quista nem das inúmeras negociações anteriores à guerra, nem quando nos declaramos neutros no momento de sua declaração (...) apesar da aparente manifestação oficial de simpatia, para que o Brasil figure como mediador na pacificação (p. 6).

Tal descontentamento parecia indicar que, na ótica estratégica, a diplomacia não explorava devidamente as variadas possibilidades que a situação criava para o interesse nacional brasileiro, sobretudo no que se refere à Bolívia, isto é, ao coração continental.

Uma questão parece central na discussão proposta por Castilho de Lima no Conselho Superior de Guerra: qual deveria ser a posição brasileira no que se refere à reivindicação formal da Bolívia de uma saída até o rio Paraguai pelo território do Chaco?

O General propõe a respeito duas ordens de consideração estratégica. A primeira, ligada a uma linha tradicional, defendia que seria favorável ao interesse nacional brasileiro que a Bolívia obtivesse acesso ao rio Paraguai e daí ao Atlântico, uma vez que, dessa forma, o país teria diminuída sua fronteira com o contendor, aliado incontestável, ou mesmo, praticamente, um “prolongamento territorial” da Argentina. O Rio de Janeiro sustentava, na ocasião, junto ao governo de La Paz, o propósito de garantir o acesso boliviano ao referido rio, como fizera desde o Império.

Entretanto, uma ordem mais moderna de raciocínio vinha a colocar-se frente ao posicionamento tradicional do país na questão. Tratava-se da projeção ferroviária brasileira na direção do coração continental preconizada por Travassos e, em larga medida, já esboçada no acordo ferroviário Brasil-Bolívia, de 1928. A ligação ferroviária Santa Cruz-Corumbá, proposta pelo analista geopolítico apresentava a função estratégica de criar uma via de acesso ao Atlântico para a Bolívia pelo território brasileiro até Santos, desviando o fluxo comercial daquele país do eixo vertical platino e opondo-se, dessa forma, ao avanço ferroviário argentino, o qual visava precisamente forçar o escoamento da produção do Oriente Boliviano neste segundo sentido.

O inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares é extremamente preciso na aplicação concreta dos conceitos de natureza geopolítica na questão chaquenha:

(...) não nos interessa mais a política usada pelo império, de assegurar à Bolívia uma saída pelo rio Paraguai (...). Pelo contrário, hoje mais nos convém que a Bolívia não tendo saída pelo PRATA (interesse argentino), procure escoar seus produtos através (de) nosso território com o concurso da via férrea (...) Estrategicamente essa política a colocará contra o Paraguai e Argentina, nosso inimigo principal. (O grifo em versais está no original)

O general brasileiro é igualmente preciso quanto ao reconhecimento da função estratégica do projeto ferroviário argentino, grande advertência de Mário Travassos e objeto central das negociações conduzidas pelo chanceler Saavedra Lamas junto ao governo boliviano, já desde o princípio das hostilidades no Chaco. Castilho de Lima anuncia claramente o objetivo fundamental –e fatal para os interesses brasileiros no subcontinente– das comunicações ferroviárias argentinas na Bolívia. Refere o militar que estas comunicações buscavam

(...) ligar o Chaco argentino (Yacubas) à Santa Cruz de La Sierra e o Altiplano ao Chaco Boreal até as margens do rio Paraguai completando assim o ciclo das comunicações que canalizarão toda a produção boliviana-paraguaia para o rio da Prata, através de Buenos Aires.

A ligação Yacuiba-Santa Cruz, vital para planificação estratégica argentina, já se encontrava assegurada por protocolo firmado entre os governos de Buenos Aires e La Paz, advertia Castilho de Lima ao Conselho.

Recomenda, então, o General que o Brasil prestasse auxílio imediato à Bolívia para construção de outra ligação estratégica fundamental, Santa Cruz-Porto Suarez, sem o que, volta a advertir o estrategista, “em breve a Argentina o fará, com graves prejuízos para o Brasil.”

Era necessário, portanto, alcançar a rival no que se referia à projeção ferroviária, segundo o pensamento em trânsito no Conselho Superior de Guerra, para que a não obtenção por parte da Bolívia de uma saída Atlântica pelo rio Paraguai viesse ao encontro dos interesses estratégicos brasileiros. Se tal não ocorresse, a situação mediterrânica do estado boliviano voltaria a ser favorável ao interesse argentino, conforme propunha a estratégia brasileira tradicional. A situação, era, portanto, extremamente delicada para o país, que se via colocado entre duas possibilidades negativas:

(...) conseguida para a Bolívia uma saída para o rio Paraguai continuarão os produtos desse país a se escoar para o Prata. Negada aquela saída, o seu plano ferroviário [da Argentina] terá mais rápida execução.

O separatismo latente do Departamento de Santa Cruz, observado de forma grave pela inspetoria da 8ª Região Militar, mostrava-se igualmente ameaçador para a esfera militar de decisão. O perigo argentino era, neste caso, igualmente notável, segundo a visão de Castilho de Lima, na medida em que, afirma o general, “a nova nação seria fatalmente ligada ao Paraguai, e, portanto, ao nosso principal inimigo provável – a Argentina.” Acrescenta ainda o membro do Conselho Superior de Guerra:

(...) desmembradas e independentes Santa Cruz e El Beni, melhores proventos adviriam para a Argentina porque mais fácil lhe seria estender sua influência a um novo país que só teria saída pelo Amazonas e Mato Grosso até onde não poderá tão cedo lançar uma via férrea (...) ou pelo Paraguai cujo domínio econômico está de posse de Buenos Aires.

Não obstante esse domínio econômico argentino sobre o Paraguai, o conflito do Chaco colocava, para a projeção continental brasileira, algumas oportunidades positivas junto a Assunción, segundo se depreende de certos pontos em análise no Conselho Superior de Guerra. Mário Travassos já esboçara a possibilidade de que o Brasil pudesse oferecer ao Paraguai uma saída alternativa para o Atlântico por meio de ligação ferroviária de Assunción até o eixo portuário Rio Grande-Santos.

É precisamente isto o que propõe o estrategista Castilho de Lima ao exame do Conselho. A guerra, pensa o General, “debilitando a economia paraguaia, transformaria o controle argentino desta economia em uma verdadeira asfixia”. A situação seria, portanto, favorável ao oferecimento de um fluxo comercial alternativo a Assunción, nos termos que preconizara Travassos.

Dever-se-iam desenvolver negociações para as ligações ferroviárias Assunción-Santos ou Assunción-Paranaguá, por meio das ligações Hosqueta-Ponta Porá-Campo Grande ou Assunción do Iguaçu em direção aos trilhos da Londrina-Jataí. O sentido estratégico dessas comunicações é claramente enunciado:

(...) essas comunicações, livrando o Paraguai da dependência e despotismo econômico argentino, afastariam de nós o perigo da união íntima desse país com a Argentina, aproximando-o mais do Brasil e oferecendo-nos certa garantia de benevolente neutralidade dessa República em caso de uma guerra Brasil-Argentina.

Já vimos, por outro lado, que os militares brasileiros pareciam contar com a aliança do chamado bloco do Pacífico –Bolívia, Chile e Peru– em caso de

confronto com o principal inimigo provável, a Argentina. Vejamos o que diz Castilho de Lima sobre os interesses dos EUA –em destaque o petróleo explorado pela *Standard Oil*– na região compreendida pelos hipotéticos aliados do Brasil:

(...) os interesses ali representados por vultosos capitais norte-americanos e que terão rendas fabulosas quando estiverem estabelecidos os transportes convenientes para o petróleo, são interesses antagônicos aos do Prata que certamente oferecerão certas restrições à expansão argentina após a guerra.

Depreende-se, pois, que o pensamento estratégico brasileiro vê como coincidentes os interesses do Brasil e dos EUA no subcontinente, o que, evidentemente, introduz a vinculação entre ambos os países no âmbito da formulação do interesse nacional brasileiro, precisamente nos termos da política tradicional inaugurada por Rio Branco. Encontra-se, dessa forma, atuando, no caso específico da questão chaquenha, o mecanismo geral que sustenta e reproduz, a nível político-ideológico, a inserção brasileira no sistema de poder norte-americano, o qual, igualmente no caso do conflito do Chaco, terá na Argentina o principal foco de resistência para a sua configuração na América do Sul.

No interior desse quadro interpretativo, a atuação do serviço diplomático brasileiro na questão do Chaco não parecia estar agradando aos meios militares, segundo se depreende das palavras do general Castilho de Lima:

(...) a nossa diplomacia atualmente parece claudicar lamentavelmente no que diz respeito à defesa dos nossos palpitantes interesses políticos no Prata e no Atlântico, onde a Argentina vem orientando as questões ao sabor dos interesses econômicos e estratégicos da Casa Rosada.

De fato, nas negociações mais efetivas que se seguiriam em busca de um Protocolo que estabelecesse de forma imediata o cessar-fogo, o Itamaraty, sob José Carlos de Macedo Soares, atuaria na questão contando com a presença bem mais efetiva, e às vezes direta, do chefe do Executivo e das esferas militares, o que tornaria a visão geopolítica aqui discutida decisiva na informação do rumo da ingerência brasileira.

Bibliografia

BARROS, Jayme de. *Sete Anos de Política Exterior do Brasil (1931-1937)*. Rio de Janeiro: DIP, 1938.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na*

América Latina. O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília: Ed UNB, 1993.

_____. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança.* São Paulo: Ensaio, Brasília: Ed. da UnB, 1995.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. *História da Política Exterior do Brasil.* São Paulo: Ática, 1992.

CHIAVENATO, Júlio J. *A Guerra do Chaco.* São Paulo: Brasiliense, 1979.

CHILD, John. *O Pensamento Geopolítico Latino-Americano. A Defesa Nacional.* Rio de Janeiro: mai.-jun., 1978.

COELLO, Vicente Rivarola. *Cartas Diplomáticas Eusébio Ayala – Vicente Rivarola Guerra Del Chaco.* Buenos Aires: Ind. Graf. Del Libro SRL, 1982.

ELIO, Tomas G. *La Paz Del Chaco. Una Decisión Política.* La Paz: Amigos Del Libro, 1988.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Zeballos y la Política Exterior Argentina.* Buenos Aires: Pleamar, 1982.

FROTA, Luciara S. *Argentina Brasil Divergências e Convergências.* Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

GAMUCIO, Mariano B. *Breve Historia Contemporánea de Bolívia.* México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

GANDIA, Henrique de. *Historia de Santa Cruz de la Sierra. Una Nueva República en Sud America.* Buenos Aires, 1935.

GUERRERO, Júlio C. *La Guerra en El Chaco.* Lima: Imp. y Lit. T. Scheuch, 1934.

GUGGIARI, Lorenzo L. *El Financiamiento de la Defensa del Chaco 1924-1935. Un Desafío al Liberalismo Económico.* Assunción: Arte Nuevo, 1983.

HILTON, Stanley. *Las Relaciones Argentino-Brasileñas: El Punto de Vista de Brasil.* IN: MONETA, Carlos (org.). *Geopolítica y Política Del Poder en el Atlántico Sur.* Buenos Aires: Pleamar, 1983.

LAMAS, Carlos Saavedra. *Por La Paz de las Américas.* Buenos Aires: Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto, s/d.

MAGNOLI, Demetrio. *O que é Geopolítica.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento Geopolítico Brasileiro.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1981.

MORENO, Isidoro R. *La Neutralidad de La Republica Argentina en La Guerra Del Chaco.* Córdoba: Imp. de la Universidad, 1934.

MOURA, Gerson. *A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade? Seminário sobre a Revolução de 1930.* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 22 a 25 de setembro, 1980a.

_____. *Autonomia na Dependência.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

ROUT, Leslie B. *Politics of the Chaco Peace Conference 1935-1939.* Austin: Institute for the Latin American Studies, 1970.

Helder Gordim da Silveira

A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional...

SALUM-FLECHA, Antonio. *Historia Diplomática Del Paraguay de 1869 a 1938*. Assunción: Litocolor, 1938.

SCENNA, Miguel A. *Como Fueron las Relaciones Argentino Norteamericanas*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1970.

_____. *Argentina-Brasil. Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976.

TOSTA, Octavio. A Geopolítica no Brasil. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: fev.-mar., 1960.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

TULCHIN, Joseph S. La Relación Argentino-Brasileña: El Punto de Vista Argentino. IN: MONETA, Carlos (org). *Geopolítica y política Del Poder en Atlántico Sur*. Buenos Aires: Pleamar, 1983.

ZOOK, David H. Jr. *La Conducción de la Guerra del Chaco*. Buenos Aires: Ed. Lito, 1962.

Colaboração recebida em 31/07/2009 e aprovada em 21/09/2009.